

**HOLDING CODESA S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2022**

**HOLDING CODESA S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2022**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**Balancos patrimoniais individuais e consolidadas**

**Demonstrações do resultado individuais e consolidadas**

**Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas**

**Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas**

**Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas**

**Notas explicativas da Administração sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Holding Codesa S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Holding Codesa S.A.** (“**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Holding Codesa S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

#### Saldos iniciais - Controlada

Conforme requerido pela NBC TA 510 (R1) - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, aplicamos procedimentos de auditoria adicionais sobre transações e valores que compõem os saldos iniciais da Vports Autoridade Portuária S.A. (anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Contudo, tais procedimentos não foram suficientes para assegurar a inexistência de efeitos relevantes que pudessem impactar o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### **Alteração do controle acionário da controlada Vports Autoridade Portuária S.A. (anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, em 30 de março de 2022 a Companhia Holding Codesa S.A. comprou da União Federal as ações da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa por meio do leilão de desestatização. Em 05 de setembro de 2022, ocorreu a liquidação da compra e venda das ações do Capital Social da Codesa de titularidade da União, em lote único de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, devidamente integralizadas conforme o contrato de compra e venda de ações e outras avenças. Nosso relatório não contém modificação em relação e esse assunto.

### **Combinação de negócios**

Chamamos atenção para o mencionado nas notas explicativas nº 2.14, 13 e 26, que informam que a Companhia por não dispor das informações referentes ao valor justo de ativos e passivos da controlada, procedeu a apuração provisória da diferença entre o valor pago e o valor patrimonial na data de aquisição, registrada em conta específica do passivo circulante. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

## Outros assuntos

### **Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de abril de 2023.

# HOLDING CODESA S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
		31/12/2022	31/12/2022
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.160	153.802
Contas a receber de clientes	5	-	5.621
Créditos negociados com clientes	6	-	5.400
Estoques		-	75
Tributos a recuperar	7	329	11.298
Despesas antecipadas	8	-	10.177
Outros créditos	9	-	1.158
		<b>71.489</b>	<b>187.531</b>
<b>Não circulante</b>			
Valores mobiliários	12	7.000	7.000
Depósitos judiciais	10	-	47.585
Impostos diferidos	11	-	68.949
Outros créditos	12	-	8.421
Investimentos		-	2
Investimento em controlada	13	471.027	-
Imobilizado	14	-	46.979
Intangível	15	-	710.598
		<b>478.027</b>	<b>889.534</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>549.516</b>	<b>1.077.065</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# HOLDING CODESA S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

### Passivo e patrimônio líquido

		Controladora	Consolidado
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2022
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	-	8.623
Adiantamentos de clientes - contas a receber	5	-	2.508
Obrigações tributárias	17	215	820
Salários e encargos	18	-	9.910
Arrendamentos mercantil	19	-	493
Adiantamento clientes - arrendamento	20	-	2.000
Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	21	-	9.469
Obrigações com Poder Concedente	22	-	3.804
Benefício pós emprego	23	-	1.914
Outras contas a pagar	24	6	887
Valor Provisório Ajuste de Combinação de Negócios	26	172.265	172.265
		<b>172.486</b>	<b>212.693</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos diferidos	11	-	5.015
Arrendamentos mercantil	19	-	5.297
Adiantamento clientes - arrendamento	20	-	20.000
Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	21	-	78.040
Benefício pós emprego	23	-	35.653
Provisão para demanda judicial	25	-	65.406
Obrigações com Poder Concedente	27	-	267.897
Outras contas a pagar	28	-	6.852
Empréstimos e financiamentos	29	368.560	368.560
		<b>368.560</b>	<b>852.720</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	30.1	100.000	100.000
Ajustes de avaliação patrimonial	30.3	1.537	1.537
Prejuízos acumulados	30.4	(93.067)	(93.067)
<b>Atribuído a participação dos cotistas controladores</b>		<b>8.470</b>	<b>8.470</b>
Participação dos cotistas não controladores		-	3.182
		<b>8.470</b>	<b>11.652</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>549.516</b>	<b>1.077.065</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# HOLDING CODESA S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
		31/12/2022	31/12/2022
Receita operacional líquida	31	-	57.627
Custo dos serviços e das mercadorias vendidos	32	-	(35.363)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>22.264</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	32	(21.492)	(47.862)
Resultado de equivalência patrimonial		(54.085)	-
Outras receitas e despesas, líquidas	33	-	(72.348)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(75.577)</b>	<b>(97.946)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	34		
Receitas financeiras		5.130	10.700
Despesas financeiras		(22.620)	(31.349)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>(93.067)</b>	<b>(118.595)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>			
Correntes	11	-	2.789
Diferidos	11	-	22.392
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(93.067)</b>	<b>(93.414)</b>
Participação dos acionistas controladores			(93.067)
Participação dos acionistas não-controladores			(347)
Distribuição desproporcional para não-controladores			
<b>Resultado por ações ordinárias em Reais - R\$</b>	30.2	<b>(0,9307)</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# HOLDING CODESA S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

---

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do período		(93.067)	(93.414)
Outros resultados abrangentes	30.4	1.537	1.537
Resultado abrangente total do período		<u>(91.530)</u>	<u>(91.877)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

## HOLDING CODESA S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 26 de janeiro de 2022		-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	1.1	100.000	-	-	100.000	37	100.037
Resultado do período	30.4	-	-	(93.067)	(93.067)	(347)	(93.414)
Outros resultados abrangentes	30.3	-	1.537	-	1.537	-	1.537
Participação de não controladores		-	-	-	-	3.492	3.492
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>100.000</u>	<u>1.537</u>	<u>(93.067)</u>	<u>8.470</u>	<u>3.182</u>	<u>11.652</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# HOLDING CODESA S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do período	(93.067)	(93.414)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda com o</b>		
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	54.085	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	21.673	21.673
Depreciações e amortizações	-	6.408
Provisões para demanda judicial	-	57.097
Perda Estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(22.392)
Imposto de renda corrente	-	(2.789)
Adiantamento clientes - arrendamento	-	(667)
Juros apropriados - arrendamento mercantil	-	126
Juros apropriados - TCF Portus	-	763
Juros valores negociados com clientes	-	(1.409)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	(2.250)
Ajuste de exercício anterior	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-
Complementação de aposentadoria	-	11.943
AVP + juros obrigação poder concedente	-	7.897
Baixa do Imobilizado sem perspectiva de realização	-	2.771
Obrigações com o poder concedente	-	3.804
<b>Lucro ajustado</b>	<b>(17.309)</b>	<b>(10.277)</b>
<b>Redução/(aumento) em ativos operacionais:</b>		
Contas a receber - clientes	-	(772)
Créditos negociados com os clientes	-	3.244
Estoques	-	1
Impostos a recuperar	(329)	(673)
Despesas antecipadas	-	(775)
Depósitos judiciais	-	12.040
Outros créditos	-	4.425
Valores mobiliários	(7.000)	(7.000)
<b>Aumento/(redução) em passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	-	4.980
Obrigações tributárias	215	4.267
Obrigações trabalhistas	-	(551)
Adiantamentos de clientes	-	967
Pagamento Portus	-	(2.010)
Provisões para riscos	-	(6.366)
Outras contas a pagar	6	(1.243)
IR/CS pagos	-	(2.290)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(24.417)</b>	<b>(2.033)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Imobilizado e intangível	-	(806)
Investimentos	(351.311)	(324.774)
Aquisição de caixa e equivalente de caixa	-	140.826
Outorga de bonificação	-	(106.000)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(351.311)</b>	<b>(290.754)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	346.888	346.888
Pagamento de arrendamento mercantil	-	(299)
Devolução AFAC	-	-
Aumento (redução) de capital social	100.000	100.000
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>446.888</b>	<b>446.589</b>
<b>Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>71.160</b>	<b>153.802</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>		
No início do período	-	-
No fim do período	71.160	153.802
<b>Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>71.160</b>	<b>153.802</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# HOLDING CODESA S.A.

## Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
<b>Receita</b>		
Receita da operação portuária	-	42.427
Receita de arrendamentos	-	22.647
Vendas canceladas	-	(292)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	(161)
	<u>-</u>	<u>64.621</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos serviços prestados	-	(14.529)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(21.492)	(91.846)
	<u>(21.492)</u>	<u>(106.375)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>(21.492)</u>	<u>(41.754)</u>
<b>Retenções</b>	-	<u>(6.408)</u>
Depreciação/amortização	-	(6.408)
<b>Valor adicionado produzido pela Entidade</b>	<u>(21.492)</u>	<u>(48.162)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<u>(48.955)</u>	<u>10.700</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(54.085)	-
Receitas Financeiras	5.130	10.700
Outras	-	-
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>(70.447)</u>	<u>(37.462)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	-	16.084
Benefícios a empregados	-	20.554
Honorários de conselhos	-	197
FGTS	-	931
<b>Tributos</b>	-	-
Federais	942	(13.488)
Estaduais	2	3
Municipais	-	1.157
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		
Juros e variações monetárias	21.676	30.405
Aluguéis	-	109
<b>Remuneração de capital próprio</b>		
Prejuízo do período	(93.067)	(93.414)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>(70.447)</u>	<u>(37.462)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Holding Codesa ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei n° 6.404/76 e demais legislações aplicáveis.

A Companhia tem por objeto social a participação no capital social da Vports Autoridade Portuária S.A. (anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA) ("Vports"), que desempenha as funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital n° 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

A Companhia em conjunto com a CODESA serão denominadas, em conjunto, a Sociedade.

##### 1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações do capital social da Companhia foram adquiridas pelo Shelf 119 - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual Fundo de Investimento em Participações Codesa Multiestratégia. ("Fundo") em 17 de maio de 2022 e, em 19 de maio de 2022, foi concluída a integralização de todas as ações emitidas até então.

Em 16 de agosto de 2022, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária aprovando o aumento de capital no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) mediante a emissão de 100.000.000 de ações ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, levando o capital social da Companhia para R\$ 100.000.400,00 (cem milhões e quatrocentos reais). A integralização das novas ações emitidas foi realizada em duas tranches, a primeira de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 19 de agosto de 2022, e a segunda, de R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), em 25 de agosto de 2022.

Em 17 de agosto de 2022, o Fundo, como único acionista da Companhia, alienou fiduciariamente a totalidade das ações de sua titularidade, incluindo novas ações que vierem a ser emitidas, em favor dos credores no âmbito das notas comerciais e no âmbito da CCB.

## 1.2. Aquisição de ações da CODESA

Em 05 de setembro de 2022 a Holding CODESA adquiriu ações da Vports, cujo objeto é a concessão da atividade de autoridade portuária do Porto de Vitória. Em 20 de setembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Sociedade por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

As ações foram adquiridas pelo preço definido em estudo coordenado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e realizado pela Price Waterhouse Coopers - PWC e pela Investor Consulting Partners, que avaliou o preço unitário das ações pela expectativa de rentabilidade. Esse valor foi calculado substancialmente inferior ao patrimônio líquido da Vports - companhia desalavancada que realizou todos seus investimentos históricos com recursos dos acionistas (União e Estado do Espírito Santo).

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 17 de abril de 2023. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 36 (R3) apresentação das demonstrações contábeis. Conforme descrito em 1.1 acima, não há demonstrações contábeis comparativas a serem apresentadas.

### 2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou “IFRS”, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Sociedade leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

## **2.3. Apresentação de segmentos operacionais**

A Sociedade desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistentes com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Sociedade.

A Sociedade tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

## **2.4. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

## **2.5. Reconhecimento de receitas e despesas**

### **2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros**

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

## **2.6. Tributação**

### **2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes**

A provisão para Imposto de Renda (“IRPJ”) e Contribuição Social (“CSLL”) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

### **2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Anualmente, a Sociedade avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.

### **2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços**

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços (“ISS”) é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

## **2.7. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### **2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros**

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Sociedade utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

## 2.8. Ativos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

### 2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

### 2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem muitas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

#### **2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros**

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Sociedade para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

#### **2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

#### **2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

### **2.9. Passivos financeiros**

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

### **2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado**

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Sociedade, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

## **2.10. Desreconhecimento (baixa)**

### **2.10.1. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Sociedade transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Sociedade assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

### **2.10.2. Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

### **2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **2.11. Despesas antecipadas**

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

### **2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento**

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Sociedade. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 8,61% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Sociedade.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Sociedade revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O impacto da Implementação do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento (IFRS 16), está demonstrado na Nota Explicativa nº 3.2.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) em 5 de setembro de 2022, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Sociedade foram certos contratos de locações de imóveis.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de ativos de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil eram conforme segue:

<u>Ativos de direito de uso</u>	<u>Imóveis</u>
Saldos em 31 de agosto de 2022	5.065
Adições	2.137
Efeito Renovação	(1.661)
Amortização (resultado operacional)	(604)
Crédito PIS/COFINS	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.357</u>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo de arrendamento mercantil	Imóveis
Saldos em 31 de agosto de 2022	5.564
Adições	2.137
Juros apropriado	126
Efeito Renovação	(1.393)
Amortização (resultado operacional)	(299)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.790

#### 2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (“impairment”).

#### 2.14. Investimentos

O investimento da Sociedade em sua controlada é contabilizado de acordo com as determinações do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, e entre outras disposições determina que no prazo de um ano, a partir da aquisição a Companhia proceda a avaliação de ativos e passivos da investida a valor justo, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 Investimentos em controlada e nº 26 Valor Provisório Ajuste Combinação de Negócios.

Adicionalmente, a Companhia reconhece pelo método de equivalência patrimonial conforme o CPC 18 (R2) e é descrito na Nota Explicativa nº 13.

#### 2.15. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## 2.16. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

No exercício de 2022, a avaliação foi com base no bem de maior relevância no imobilizado.

### **2.17. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

### **2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos**

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

### **2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### **2.20. Distribuições de lucros**

O estatuto da Companhia não possui previsão específica. O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

## **2.21. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

### **2.21.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

### **2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

**a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):**

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**b) Provisões para riscos:**

A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 25). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

**c) Realização do imposto de renda diferido:**

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

**3. Novas normas e interpretações, e revisões**

Na elaboração destas demonstrações contábeis, foram adotadas e aplicadas as normas e revisões abaixo:

- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso.

**3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:**

A Sociedade não adotou, de maneira antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Bancos conta movimento	52	2.747
Aplicação financeira CDB (e)	367	367
Aplicação financeira automática (d)	41	41
Fundo FI RF (c)	993	993
LFT RF (b)	69.707	69.707
Operações compromissadas (a)	-	79.947
	<b>71.160</b>	<b>153.802</b>

- (a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato;
- (b) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa SELIC, com possibilidade de resgate imediato;
- (c) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis em fundo de investimento com rentabilidade diária cujo objetivo é proporcionar rentabilidade referenciada na taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato;
- (d) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis em conta com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com resgate automático no dia posterior a aplicação;
- (e) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 5. Contas a receber e adiantamentos de clientes

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Faturas a receber de clientes	15.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.394)
Contas a receber	5.621
<b>Adiantamentos de clientes (Passivo)</b>	<b>(2.508)</b>

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Sociedade é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

Saldos em 31 de agosto de 2022	(8.807)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(721)
Reversão	134
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(9.394)</b>

O critério gerencial estabelecido pela Sociedade atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição	31/12/2022	
	Clientes	PECLD
A vencer	4.263	-
<b>Títulos vencidos:</b>		
Até 30 dias	1.287	-
De 31 a 60 dias	1	(1)
De 61 a 180 dias	236	(165)
De 181 a 365 dias	344	(344)
Mais de 365 dias	8.884	(8.884)
	<b>15.015</b>	<b>(9.394)</b>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 6. Créditos negociados com clientes

Descrição	Consolidado
	31/12/2022
Títulos a receber de clientes	17.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.484)
<b>Total de contas a receber</b>	<b>5.400</b>

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição	31/12/2022	
	Clientes	PECLD
<b>A vencer</b>	<b>5.400</b>	<b>-</b>
<b>Títulos vencidos:</b>		
Mais de 365 dias	12.484	(12.484)
	<b>17.884</b>	<b>(12.484)</b>

#### 7. Tributos a recuperar

Descrição	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
IRPJ a compensar	329	6.902
CSLL a compensar	-	1.431
INSS retido a compensar	-	151
PIS a compensar	-	472
COFINS a compensar	-	2.245
Crédito PIS/ COFINS aquisição de bens	-	-
Outros tributos	-	97
	<b>329</b>	<b>11.298</b>

#### 8. Despesas antecipadas

Descrição	Consolidado
	31/12/2022
Licença de software	82
Seguro de Vida usuários e Terceiros	14
Seguros Responsabil. Civil Administr.	155
Seguros bens móveis e imóveis	2.393
Dragagem de aprofundamento (a)	7.435
Seguro garantia concessão (b)	83
Seguro garantia judicial	15
<b>Circulante</b>	<b>10.177</b>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Vports, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota Explicativa n° 12);
- (b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão.

## 9. Outros créditos

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Adiantamento a funcionários	1.094
Assistência médica a recuperar	59
Outros créditos	5
	<b>1.158</b>

## 10. Depósitos judiciais

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Depósitos trabalhistas	33.277
Depósitos recursais	3.740
Depósitos outros	10.568
	<b>47.585</b>

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no período:

Depósitos Judiciais	Trabalhista	Recursal	Outros	Total
Saldos em 31 de agosto de 2022	41.077	3.396	9.218	53.691
Depósitos/Bloqueios	7.524	659	867	9.050
Juros/Atualizações/IR	2.851	88	989	3.928
Resgates CODESA	(2.159)	(154)	(10)	(2.323)
Saques Reclamantes	(16.035)	(255)	(529)	(16.819)
Transferência	19	5	34	58
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<b>33.277</b>	<b>3.739</b>	<b>10.569</b>	<b>47.585</b>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 11. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

##### a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Descrição	31/12/2022
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	(38.710)
II.I- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas CSLL	12.183
II.II- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas IR	12.183
III.I - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro (I + II.I)	(26.527)
III.II - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro (I + II.II)	(26.527)
IV - Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	9.043
Alíquotas de 15% IRPJ	3.979
Alíquota adicional de 10% IRPJ	2.677
Alíquotas de 9% CSLL	2.387
V - Incentivo Fiscal	155
VI - Reconhecimento inicial Diferido	-
VII - Taxa efetiva:	
IRPJ e CSLL ajustados (V + VI + VII)	9.198
Alíquota efetiva	-23,76%
IRPJ e CSLL Correntes	(7.582)
IRPJ e CSLL Diferidos	16.780
<b>Total (a)</b>	<b>9.198</b>

- a) O saldo apresentado acima refere-se ao período de 12 meses da controlada Vports, o saldo apresentado a partir da aquisição é de R\$ 2.789.

##### b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e Base negativa de CSLL	26.265	10.087	36.352
Provisão para perdas de créditos	3.217	1.158	4.375
Provisão para demanda judicial	16.351	5.887	22.238
Outras	4.400	1.584	5.985
Diferenças temporárias:	23.968	8.629	32.597
<b>Total</b>	<b>50.233</b>	<b>18.716</b>	<b>68.949</b>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Impostos diferidos

Passivo	30/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total
Depreciação Fiscal x Gerencial			
Total	(3.688)	(1.327)	(5.015)

#### 12. Outros créditos não circulantes

Descrição	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Valores mobiliários (b)	7.000	7.000
Fundos de investimentos	-	14
Créditos a recuperar (a)	-	4.629
Despesas antecipadas (a)	-	3.778
	<b>7.000</b>	<b>15.421</b>

(a) Trata-se de parte do gasto com a dragagem de manutenção que será amortizado por um período de dois anos conforme informado na Nota Explicativa n° 8.

(b) Trata-se de depósito em garantia de captação de recurso conforme informado na Nota Explicativa n° 29.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 13. Investimento

##### Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa

Dados do investimento	Valor
Capital social	568.568
Patrimônio líquido	474.209
Lucro (prejuízo) do exercício	(29.512)
Participação no capital social	99,3396%
Ações possuídas	7.064.562.808

  

Movimento dos investimentos	Valor
Saldo inicial 26/01/2022	-
Aquisição de participação societária	497.075
Aumento de capital	26.500
Equivalência patrimonial	(52.548)
Saldo final 31/12/2022	<u>471.027</u>

Em 05 de setembro de 2022 a Holding CODESA adquiriu ações da Vports, cujo objeto é a concessão da atividade de autoridade portuária do Porto de Vitória. Em 20 de setembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Sociedade por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

As ações foram adquiridas pelo preço definido em estudo coordenado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e realizado pela Price Waterhouse Coopers - PWC e pela Investor Consulting Partners, que avaliou o preço unitário das ações pela expectativa de rentabilidade. Esse valor foi calculado substancialmente inferior ao patrimônio líquido da CODESA - companhia desalavancada que realizou todos seus investimentos históricos com recursos dos acionistas (União e Estado do Espírito Santo), conforme Nota Explicativa nº 26.

HOLDING CODESA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

	Instalações	Máquinas/ Equipam.	Veículos automotor	Móveis/ utensílios	Equip. dados	Imobiliz em curso	Direito de uso	Total do Imobilizado
Taxa média de depreciação (%a.a.)	4 a 10	5 a 25	20	10	20	-	-	-
<b>Saldos em 31 de agosto de 2022</b>								
Saldo inicial	4.632	292	310	194	277	34.338	6.868	46.911
Aquisições	-	-	-	-	-	-	806	806
Transferências	-	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(5.783)
Baixas	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(4.432)
Depreciação	(1.211)	(11)	(83)	(37)	(46)	-	(604)	(1.992)
Crédito PIS/COFINS	(102)	-	(9)	-	-	-	(52)	(163)
Baixas de depreciação	10.549	1.083	-	-	-	-	-	11.632
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>13,868</b>	<b>4</b>	<b>218</b>	<b>157</b>	<b>231</b>	<b>27.144</b>	<b>5,357</b>	<b>46.979</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>								
Custo	17.567	10.070	664	1.001	732	33.332	6.763	70.129
Aquisições	108	229	-	-	86	1.006	2.137	3.566
Transferências	-	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(5.783)
Baixas	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(4.432)
Depreciação acumulada	(3.807)	(8.935)	(446)	(844)	(587)	-	(1.882)	(16.501)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>13.868</b>	<b>4</b>	<b>218</b>	<b>157</b>	<b>231</b>	<b>27.144</b>	<b>5.357</b>	<b>46.979</b>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Intangível

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

A movimentação do ativo intangível no período findo em 31 de dezembro de 2022 é apresentada como segue:

	Outorga Fixa	Outorga à vista	Ativos da Concessão	Total intangíveis concessão	Total intangível
<b>Saldos em 31 de agosto de 2022</b>					
Saldos iniciais	-	-	-	-	-
Aquisições	618.850	106,000	359	725.209	725.209
Baixas	-	-	-	-	(817)
Transferências	-	-	349.287	349,287	349.287
Amortização	(1.857)	(757)	(2.391)	(5.005)	(5.005)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	(43)
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	(358.850)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	817
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>258,143</b>	<b>105,243</b>	<b>347,212</b>	<b>710,598</b>	<b>710,598</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>					
Custo	618,850	106,000	359	725.209	731.643
Baixa	-	-	-	-	(817)
Transferências	-	-	349,287	349.287	349.287
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	(358.850)
Amortização acumulada	(1.857)	(757)	(2,391)	(5.005)	(10.622)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	(43)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>258.143</b>	<b>105.243</b>	<b>347.212</b>	<b>710.598</b>	<b>710.598</b>

## 16. Fornecedores

Descrição	Consolidado
	<b>31/12/2022</b>
Fornecedores de Serviços	8.053
Fornecedores de Material	570
	<b>8.623</b>

Composto substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
COFINS a recolher	30	334
PIS a recolher	4	8
ISS a recolher	-	298
Contribuições	181	-
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>640</b>

#### 18. Salários e encargos

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Salários, férias e outras gratificações	6.641
INSS a recolher	1.057
FGTS a recolher	352
IRRF sobre a folha de pagamento	1.552
Outras obrigações trabalhistas	308
<b>Total</b>	<b>9.910</b>

#### 19. Arrendamento mercantil

Arrendamento (Passivo)	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	5.790
Circulante	493
Não Circulante	5.297

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Sociedade, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Sociedade junto a terceiros. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se à sede administrativa da Sociedade e aluguel de uma área onde encontra-se instalado uma torre integrante do sistema VTMS.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Descrição	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	477	509	544	3.767

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 20. Adiantamento arrendamento cliente

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Arrendamentos circulante	2.000
Arrendamentos Não circulante	20.000
	<b>22.000</b>

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Vports, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

#### 21. Termo de compromisso financeiro - Portus

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC	
Circulante	9.469
Não circulante	78.040
Total	<b>87.509</b>

Em junho de 2020, a Vports assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- a) 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- b) 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho/2035;
- c) Sistema Price de Amortização; e
- d) atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

	Consolidado 31/12/2022
Saldo do TCF em 31/12/2022	<b>87.509</b>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Vports assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos 12 meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável II (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável II (-50%)
Passivos Financeiros							
Empréstimos e financiamentos	INPC	87.509	5.189	6.487	7.784	3.892	2.595

## 22. Obrigações com o poder concedente

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Outorga Variável	3.476
Terreno Greenfeld	328
<b>Total</b>	<b>3.804</b>

### 22.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Vports. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do período, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 22.2. Obrigação sobre terreno greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

#### 23. Benefício pós emprego

Descrição	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Complementação aposentadoria	1.914
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>1.914</b>
Complementação aposentadoria	10.028
PORTUS	25.625
<b>Total Longo Prazo</b>	<b>35.653</b>

##### 23.1. Portus

Saldo Plano Pensão Portus 31 de dezembro de 2022	<u>25.624</u>
--	---------------

#### 24. Outras contas a pagar

Descrição	Controladora 31/12/2022	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Credores diversos	-	276
Credores depósitos caucionados	-	57
Depósitos e consignações	-	297
Assistência médica	-	251
Outros	6	6
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>887</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**25. Provisão para demanda judicial**

A Vports é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Vports, as ações em que a Vports é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Sociedade, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso. No encerramento de 2022 o corpo jurídico procedeu a atualização monetária dos valores provisionados, assim como passou a utilizar o valor homologado do processo para fins de provisão, ao invés do valor apontado pelo perito.

**a) Provisões para demandas judiciais prováveis**

Descrição	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Processos trabalhistas	25.147
Processos cíveis	34.689
Processos tributários	5.570
<b>Total</b>	<u><u>65.406</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022 a conta de provisão para demandas judiciais prováveis tinha os seguintes saldos:

	<u>Processos</u> <u>trabalhistas</u>	<u>Processos</u> <u>cíveis</u>	<u>Processos</u> <u>tributários</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>25.147</u>	<u>34.689</u>	<u>5.570</u>	<u>65.406</u>

**b) Demandas judiciais classificadas como possíveis**

Descrição	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
<b>Demandas judiciais Possíveis:</b>	
Processos trabalhistas	16.577
Processos cíveis	278.989
Processos tributários	708
<b>Total</b>	<u><u>296.274</u></u>

Dentre os principais processos classificados como possíveis podemos destacar:

- Instituto PORTUS no valor de R\$ 107.410. Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da Vports e de todas as Autoridades Portuárias do país, vinculadas ao PORTUS, por meio da qual a entidade de previdência privada cobra valores supostamente devidos a título de passivo previdenciário atuarial, relativo à diferença apurada entre uma auditoria realizada em 30 de junho de 2000 e uma nova auditoria realizada em 08 de dezembro de 2009;
- Peiú no valor de R\$ 58.765. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela PEIÚ SPE S/A em face da Vports por meio da qual a autora requer a recomposição o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de arrendamento (ASSJUR nº 034/98);
- Flexibrás no valor de R\$ 62.359. Trato de Ação Ordinária ajuizada pela Flexibrás e Techinip em face da Vports, objetivando a prorrogação de contratos firmados entre as partes e impedir a abertura de procedimento licitatório para arrendamento da área objeto do contrato firmado entre as partes;
- Frannel no valor de R\$ 9.859. A Frannel ajuizou a presente ação com o intuito de cancelar protesto de título realizado pela Vports, bem como esta seja impedida de realizar qualquer cobrança.

#### **Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária**

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 26. Valor Provisório de Ajuste de Combinação de Negócios

Em 5 de setembro de 2022 foi realizada a primeira liquidação da compra de ações de emissão da Vports detidas pela União para a Companhia. As ações foram adquiridas pelo preço determinado no edital do leilão de privatização e foi definido com base em estudos coordenados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e realizados pela Price Waterhouse Coopers - PWC e pela Investor Consulting Partners. O preço de aquisição foi ratificado pela Comissão de Licitação e não foi objeto do leilão.

Esse preço é substancialmente inferior ao patrimônio líquido da Vports apurado em 31 de agosto de 2022. A Vports é uma companhia que historicamente realizou todos seus investimentos com recursos capitalizados pelos seus acionistas (União e Estado do Espírito Santo).

A Companhia contratou empresa especializada para emissão, no prazo de até 12 meses após a aquisição da investida, de um laudo de avaliação a valor justo de ativos e passivos para fins de apuração do *Purchase Price Allocation - PPA*, nos termos do Pronunciamento CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Na data de emissão destas demonstrações contábeis, está em vigor o período permitido para a conclusão dos estudos de alocação do preço de aquisição de com base no referido laudo de avaliação, de modo que foi apurado valor provisório de ajustes de combinação de negócios com base no patrimônio líquido da controlada a época.

#### 27. Obrigações com o poder concedente

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Outorga fixa	618.850
Ajuste a valor presente	(355.246)
Atualização IPCA	4.293
<b>Total</b>	<b>267.897</b>

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da CODESA. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 14 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 28. Outras contas a pagar não circulante

Descrição	Consolidado 31/12/2022
Obrigações convênios	6.852
<b>Total</b>	<b>6.852</b>

#### 29. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Juros	Vencimento	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Cédula de Crédito Bancário (a)	CDI + 6,0%	22/ago/2025	106.157	106.157
Notas Comerciais Escriturais (b)	CDI + 4,5%	22/ago/2025	262.403	262.403
			<b>368.560</b>	<b>368.560</b>

(a) A Cédula de Crédito Bancário foi emitida em 26 de agosto de 2022 com vencimento em 22 de agosto de 2025, possui juros remuneratórios equivalentes a CDI + 6,0% e pagamento de principal e juros integralmente na data de vencimento;

(b) As Notas Comerciais foram emitidas em 22 de agosto de 2022 com vencimento em 22 de agosto de 2025, possui juros remuneratórios equivalentes a CDI + 4,5% e pagamento de principal e juros integralmente na data de vencimento;

Empréstimos e financiamentos e custos de transação estão assim apresentados como seguem abaixo:

Descrição	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Cédula de Crédito Bancário	174.089	174.089,22
(-) Custos de transação - CCB	(404)	(404)
(-) Juros a incorrer - CCB	(67.528)	(67.528)
Notas Comerciais Escriturais	416.534	416.534
(-) Custos de transação - Notas Comerciais Escriturais	(2.708)	(2.708)
(-) Juros a incorrer - Notas Comerciais Escriturais	(151.423)	(151.423)
	<b>368.560</b>	<b>368.560</b>

#### 30. Patrimônio líquido

##### 30.1. Capital Social

Descrição	31/12/2022
Capital Social	100.000
Ações Ordinária	100.000.400

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 30.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

Descrição	31/12/2022
(Prejuízo) Lucro líquido	(93.067)
Ações Ordinária	100.000.400
<b>Resultado Básico por ações em Reais R\$</b>	<b>(0,93067)</b>

#### 30.3. Ajustes de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, apontou em 31 de dezembro de 2022, um ganho líquido de R\$ 1.537 em relação ao saldo de 31 de agosto de 2022 referente ao compartilhamento do risco do plano.

#### 30.4. Prejuízos acumulados

O Prejuízo Acumulado de R\$ 93.067 é resultado do saldo dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores acrescido do resultado apurado até 31 de dezembro de 2022.

### 31. Receita operacional líquida

O saldo da receita nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 está apresentado a seguir:

Descrição	Consolidado 31/12/2022
<b>Receita operacional bruta</b>	65.073
Receitas com serviços portuários	42.427
Receitas com arrendamentos	22.647
Impostos sobre vendas e serviços	(7.154)
Cancelamentos e devoluções	(293)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>57.627</b>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32. Custos e despesas por natureza

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Despesas com pessoal	-	(29.376)	(29.376)
Serviços de terceiros	(21.492)	(9.354)	(9.354)
Amortizações concessão	-	(2.614)	(2.614)
Depreciações e amortizações	-	(3.795)	(3.795)
Materiais	-	(99)	(99)
Seguros	-	(1.097)	(1.097)
Obrigações da Concessão	-	(8.324)	(8.324)
Energia, água e outras utilidades	-	(892)	(892)
Ações Judiciais	-	(4.912)	(4.912)
Multas	-	(35)	(35)
Despesas Tributárias	-	(77)	(77)
Outras despesas	-	(1.158)	(1.158)
	<b>(21.492)</b>	<b>(61.733)</b>	<b>(61.733)</b>
Custos dos serviços prestados	-	(35.363)	(35.363)
Despesas gerais e administrativas	(21.492)	(26.371)	(47.863)
	<b>(21.492)</b>	<b>(61.734)</b>	<b>(83.226)</b>

### 33. Outras receitas e despesas, líquidas

Descrição	Consolidado
	31/12/2022
Provisões para riscos	(57.096)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(209)
Provisão complemento aposentadoria	(11.943)
Provisão Assistência médica	(340)
Perdas de Capital	(3.222)
Reversões de provisão p/ crédito liquidação duvidosa	47
Outras despesas e receitas operacionais	415
	<b>(72.348)</b>

### 34. Resultado financeiro

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
<b>Receitas financeiras:</b>			
Varição monetária ativa	-	424	424
Rendimentos com aplicações financeiras	5.130	3.280	8.410
Juros ativos	-	291	291
Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais)	-	1.575	1.575
	<b>5.130</b>	<b>5.570</b>	<b>10.700</b>
<b>Despesas financeiras:</b>			
Varição monetária passiva	-	(7.940)	(7.940)
Despesas bancárias	-	(28)	(28)
Juros sobre empréstimos	(21.673)	(356)	(22.029)
Juros passivos	-	(105)	(105)
Outras despesas financeiras	(947)	(300)	(1.247)
	<b>(22.620)</b>	<b>(8.729)</b>	<b>(31.349)</b>

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 35. Seguros

A Sociedade mantém seguros de vida para usuários e terceiros, de responsabilidade civil, de bens móveis e imóveis e seguro do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade tem contratado seguros com cobertura nos seguintes riscos:

Descrição	Consolidado
	Coberturas 31/12/2022
Vida de Usuários e Terceiros	30.000
Responsabilidade Civil	216
Bens Móveis e Imóveis	35.000
Contrato de concessão	50.144

#### 36. Instrumentos financeiros

##### 36.1. Gestão do risco de capital

A Sociedade administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

##### Categorias de instrumentos financeiros

Instrumentos Financeiros	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2022	31/12/2022
<b>Ativo:</b>			
Custo amortizado			
Caixa e Equivalente de caixa	4	71.160	153.802
Contas a Receber	5	-	5.621
Créditos Negociados com Clientes	6	-	5.400
Valores mobiliários	12	7.000	7.000,00
Depósitos Judiciais	10	-	47.585
		<b>78.160</b>	<b>219.408</b>
<b>Passivo:</b>			
Custo amortizado			
Fornecedores	16	-	8.623
Passivos de Arrendamento	19	-	5.790
Outras contas a pagar	24	-	881
Obrigações com Poder Concedente	27	-	271.701
Empréstimos e financiamentos	29	368.560	368.560
		<b>368.560</b>	<b>655.555</b>

### **36.1.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas**

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Sociedade poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Sociedade entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

### **36.1.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade**

A Vports assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Vports, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA. A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

### **36.1.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos que meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com aumento de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma redução de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas de juros no cenário provável:

## HOLDING CODESA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável II (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável II (-50%)
<b>Saldos Patrimoniais</b>							
<b>Ativos Financeiros:</b>							
Aplicações financeiras	CDI	153.802	20.994	26.242	31.491	15.745	10.497
<b>Passivos Financeiros:</b>							
Obrigações com poder concedente	IPCA	267.897	15.002	18.753	22.503	11.252	7.501
Empréstimos e financiamentos	CDI	368.560	71.252	84.458	97.664	58.046	44.840

## 37. Eventos subsequentes

### 37.1. Aporte Capital Minoritários

O aporte de capital dos acionistas minoritários na Vports foi concluído em janeiro, ficando a sua nova situação patrimonial com a seguinte composição:

Descrição	31/01/2023	
Ações ordinárias	7.066.362.882	100,000%

### 37.2. Publicação Edital PDIV

O Edital do PDIV 2023, divulgado em 12 de janeiro de 2023, visa estabelecer critérios e procedimentos para concessão de incentivo à demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do artigo 477-B da CLT e da decisão proferida no RE 590415 do STF (Tema 152), ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes de 10/01/2023 (exclusive). Podem participar deste programa todos os empregados com vínculo ativo em 05 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da CODESA.

### 37.3. Alteração de Razão Social

Em 10 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da razão social da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA para Vports Autoridade Portuária S.A., em linha com a mudança da marca amplamente comunicada ao mercado.

---

**Nilto Calixto**  
Diretor Executivo

---

**Adão Vieira Oliveira**  
Contador  
CRC: SP 249.336/O-4